

E a crise?, cobra o PDT

AGÊNCIA ESTADO

O plano econômico apresentado anteontem pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, à bancada do PMDB no Congresso e à executiva do partido não trouxe nenhuma novidade ao que já tinha sido declarado pelo governo antes e ainda deixou de tratar da gravidade da crise que o País enfrenta. Essa posição é compartilhada pelo economista e deputado federal, César Maia, do PDT, e pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão, hoje na diretoria do Banco Econômico. César Maia, que assistiu ao pronunciamento do ministro perante os peemedebistas, disse ter saído da reunião com a impressão de que "o comandante de um navio, diante do naufrágio, dos sobreviventes agarrados aos destroços e dos problemas com o bote salva-vida, discutia o que fazer quando todos chegassem a uma ilha, se plantar milho ou feijão".

Para o ex-presidente do Banco Central, "o plano sequer pode ser chamado de plano econômico, mas de programa de intenções". O ministro, segundo ele, abordou aspectos e medidas que pretende adotar, sem indicar fontes de recursos ou determinar prazos. O ponto mais importante de toda a explanação, na opinião dele, é a liberação da economia e dos preços, "o único que vai ter impacto no quadro econômico". Em termo de política monetária e cambial, avaliou, nada ficou claro quanto ao que fazer para se evitar uma inflação maior.

Já o presidente da Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro (Aberj), Theóphilo de Azeredo Santos, disse que o grande problema do plano não é técnico, mas político,

porque sua execução vai depender do apoio da sociedade. "Em termos globais, o plano é um esforço no sentido de cortar os gastos públicos e manter o crescimento econômico superior ao crescimento da população. Mas não há como conciliar a manutenção de uma política séria, objetiva, racional e transparente de contenção de despesas públicas sem o apoio da maioria do Congresso Nacional.

Tanto o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, como o diretor do Centro das Indústrias do Estado (Ciergs), Alécio Ughini, criticaram ontem, em **Porto Alegre**, as propostas do ministro Dílson Funaro para o quinquênio 87-91 por entender que o titular da Fazenda não anunciou um plano concreto para resolver os graves problemas da economia brasileira, limitando-se apenas a fazer um discurso político para manter-se no poder. Ambos os empresários salientaram o fato de que, apesar das inúmeras metas apresentadas, nenhuma a curto prazo, o ministro Funaro esqueceu-se de falar sobre o ponto mais importante, ou seja, de onde sairão os recursos para as obras previstas pelo governo federal.

Valente confessou que nada esperava do discurso do ministro, mas condenou o fato de que ele partiu de "pressupostos inadmissíveis", como o saneamento das finanças estaduais e municipais, linhas de crédito para pequenas empresas e investimentos nos setores agrícola e habitacional, quando o País não dispõe de recursos nem para saldar os compromissos já assumidos. O presidente da Federasul disse ter ficado estupefato com a "confissão" de Funaro de que não dispõe de um plano imediato para combater o atual estágio recessivo da economia brasileira.